

CÂMARA MUNICIPAL
SANTA FÉ DO SUL

ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO 012/2017

ANO

2017



PROJETO DE LEI



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO



PROJETO DE RESOLUÇÃO



PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA

Nº

010/2017

EMENTA

DÁ NOVA REDAÇÃO AOS ARTIGOS 3º E 4º, LEI Nº 1.899, DE 20 DE SETEMBRO DE 1995, PARA ADEQUÁ-LA ÀS EXIGÊNCIAS CONFORME RESOLUÇÃO 26, DE 17 DE JUNHO DE 2013.

AUTOR

EXECUTIVO

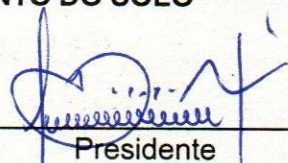


DELIBERAÇÃO FINAL

APROVADO

Encaminhado às Comissões:

- ☒ CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
☐ ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
☐ OBRAS, SERVIÇOS PÚBLICOS E OUTRAS ATIVIDADES
☒ SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO
☐ PLANEJAMENTO, USO, OCUPAÇÃO E PARCELAMENTO DO SOLO

Data: 14 / 02 / 17
Presidente**Discussão:**

- ☒ ÚNICA ☐ DUAS

Processo de Votação:

- ☒ SIMBÓLICA ☐ NOMINAL ☐ SECRETA

Quorum de Aprovação:

- ☒ Maioria SIMPLES ☐ Maioria ABSOLUTA ☐ 2/3

Deliberação:1ª DISCUSSÃO: 14 / 02 / 17☒ APROVADO 14 / 02 / 17☐ REJEITADO / / 2ª DISCUSSÃO: / / ☐ APROVADO / / ☐ REJEITADO / / **Ocorrências:**Urgência Especial: 14 / 02 / 17Vista: / / Adiamento de Discussão: / / Adiamento de Votação: / / Retirada: / / **Outras ocorrências:**Autógrafo Nº 12 / 2017Data: 15 / 02 / 17

CÂMARA MUNICIPAL
SANTA FÉ DO SUL

ESTADO DE SÃO PAULO

AUTÓGRAFO Nº 12/2017
PROJETO DE LEI Nº 10/2017

" Dá nova redação aos artigos 3º e 4º, Lei nº 1.899, de 20 de setembro de 1995, para adequá-la às exigências conforme Resolução 26, de 17 de junho de 2013".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Santa Fé do Sul **decreta:**

Art. 1º - Os artigos 3º e 4º, da Lei nº 1.899, de 20 de setembro de 1.995, passa a ter a seguinte redação:

"**Art. 3º** - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será constituído por:

I - um representante indicado pelo Poder Executivo;

II - dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;

III - dois representantes de pais de alunos matriculados na rede municipal de ensino, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§1º - Os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

§2º - Cada membro titular do C.M.A.E. terá um suplente do mesmo segmento representado; e

§3º - Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

Art. 4º - Os membros terão mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§1º - A presidência e a vice-presidência do C.M.A.E. somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo;
e

www: camarasantafedosul.sp.gov.br
e-mail: camarasantafe@hotmail.com

CÂMARA MUNICIPAL
SANTA FÉ DO SUL

ESTADO DE SÃO PAULO

§2º ”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Santa Fé do Sul,
15 de fevereiro de 2017


MARCELO ALESSANDRO FAVALEÇA
PRESIDENTE


ANICETO FACIONE
VICE-PRESIDENTE


JOÃO RENATO FERRAZ
1º SECRETÁRIO



[www: camarasantafedosul.sp.gov.br](http://www.camarasantafedosul.sp.gov.br)
[e-mail: camarasantafe@hotmail.com](mailto:camarasantafe@hotmail.com)

Rua Dez, 345 - (1º andar) Centro | Caixa Postal 66
Fones/Fax: (17) 3631-1223 ou 3631-7122 | CEP 15775-000 - Santa Fé do Sul (SP)



Prefeitura Municipal
SANTA FÉ DO SUL

Mensagem nº 012/2017

Santa Fé do Sul, 10 de Fevereiro de 2017.

Senhor Presidente:

Encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis, o projeto que altera a redação dos artigos 3º e 4º, Lei nº 1.899, de 20 de setembro de 1995, para adequá-la às exigências da Resolução 26, de 17 de junho de 2013.

A alteração dos artigos se faz necessária, haja vista que a Resolução 26, de 17 de junho de 2013, alterou a composição do conselho bem como a validade dos mandatos.

A matéria é de natureza urgente, razão pela qual, rogamos sua tramitação no regime estabelecido no artigo 43 da Lei Orgânica do Município.

Na oportunidade, enviamos a Vossa Excelência e aos nobres Vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.


Ademir Maschio
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
Marcelo Alessandro Favaleça
Presidente da Câmara Municipal
Santa Fé do Sul – SP.



Prefeitura Municipal
SANTA FÉ DO SUL

010/2017

PROJETO DE LEI Nº

Dá nova redação aos artigos 3º e 4º, Lei nº 1.899, de 20 de setembro de 1995, para adequá-la às exigências conforme Resolução 26, de 17 de junho de 2013.

Ademir Maschio Prefeito Municipal de Santa Fé do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Os artigos 3º e 4º, da Lei nº 1.899, de 20 de setembro de 1.995, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 3º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será constituído por:

I - um representante indicado pelo Poder Executivo;

II - dois representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelos respectivos órgãos de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata;

III - dois representantes de pais de alunos matriculados na rede municipal de ensino, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - dois representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica para tal fim, registrada em ata.

§1º - Os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

§2º - Cada membro titular do C.M.A.E. terá um suplente do mesmo segmento representado; e

§3º - Fica vedada a indicação do Ordenador de Despesas das Entidades Executoras para compor o Conselho de Alimentação Escolar.

Art. 4º - Os membros terão mandato de quatro anos, podendo ser reeleitos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§1º - A presidência e a vice-presidência do C.M.A.E. somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo; e

§2º -

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul, 10 de fevereiro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL
SANTA FÉ DO SUL
Estado de São Paulo
APROVADO
em Sessão de
14 / 02 / 17

Ademir Maschio
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal
SANTA FÉ DO SUL
CENTRO DE REGIÃO

68

LEI Nº 2145, DE 14 DE SETEMBRO DE 2001.

Dá nova redação à Lei nº 1899, de 20 de setembro de 1995, para adequá-la às exigências da Medida Provisória nº 1979-19 de 02/06/2000 e suas reedições hoje sob o número 2.178-34 de 29 de junho de 2001.

ITAMAR BORGES, Prefeito Municipal de Santa Fé do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - A Lei 1.899, de 20 de setembro de 1.995, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, com o objetivo de formular as diretrizes da alimentação escolar no Município.

Artigo 2º - Compete ao Conselho Municipal de Alimentação Escolar:

- I - fixar a política municipal de alimentação escolar;
- II - zelar pela qualidade dos produtos, em todos os níveis, desde a aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- III - estabelecer planos de aplicação dos recursos destinados à Merenda Escolar e fiscalizar sua execução;
- IV - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do PNAE;
- V - receber, analisar e remeter ao FNDE, com parecer conclusivo, as prestações de contas do PNAE encaminhadas pelo Município;

Artigo 3º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será constituído por:

- I - um representante do Poder Executivo indicado pelo Prefeito Municipal;
- II - um representante do Legislativo, indicado pela Mesa Diretora ou Presidente;
- III - dois representantes dos professores, indicados pelos respectivos órgãos de classe;
- IV - dois representantes de pais de alunos indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;
- V - um representante de outro segmento da sociedade local.

Parágrafo único - Cada membro titular do C.M.A.E. terá um suplente da mesma categoria.

Artigo 4º - Os membros e o Presidente do C.M.A.E. terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez.



O FUTURO AGORA



Prefeitura Municipal
SANTA FÉ DO SUL
CENTRO DE REGIÃO

§ 1º - O presidente e vice-presidente serão eleitos entre os seus membros titulares, em assembleia geral.

§ 2º - O exercício do mandato de Conselheiro do CMAE é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Artigo 5º - O primeiro Conselho Municipal de Alimentação Escolar elaborará seu Regimento Interno no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua respectiva instalação."

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul, 14 de setembro de 2001.



ITAMAR BORGES
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.



SHIRLEI C.C.C. TERRAZ
Secretária da Administração





07

LEI Nº 2.118, DE 18 DE JANEIRO DE 2001.

Altera a Lei nº 1899, de 20 de setembro de 1995, na forma de composição do Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

ITAMAR BORGES, Prefeito Municipal de Santa Fé do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Os artigos 3º e 4º da Lei 1899, de 20 de setembro de 1995, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 3º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será constituído por:

- I - um representante do Poder Executivo indicado pelo Prefeito Municipal;
- II - um representante do Legislativo, indicado pelo chefe desse Poder;
- III - dois representantes dos professores, indicados pelos respectivos órgão de classe;
- IV - dois representantes de pais de alunos indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares;
- V - um representante de outro segmento da sociedade local.

Parágrafo único - Cada membro titular do C.M.A.E. terá um suplente da mesma categoria.

Art. 4º - Os membros e o Presidente do C.M.A.E. terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos uma única vez."

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul, 18 de Janeiro de 2001.

ITAMAR BORGES
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.

ÉLIO MILER
Secretário de Administração





PREFEITURA MUNICIPAL

SANTA FÉ DO SUL

CENTRO DE REGIÃO

Nº 092

LEI Nº 1.899, DE 20 DE SETEMBRO DE 1.995.

Institui o CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR e dá outras providências.

ITAMAR BORGES, Prefeito Municipal de Santa Fé do Sul, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a **CÂMARA MUNICIPAL** aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Alimentação Escolar com o objetivo de formular as diretrizes da alimentação escolar no Município.

Artigo 2º - O Conselho Municipal de Alimentação Escolar terá as seguintes atribuições:

- I- fixar a política municipal de alimentação escolar;
- II- estabelecer os planos de aplicação dos recursos destinados à Merenda Escolar e fiscalizar a sua execução;
- III- manter o sistema de alimentação escolar atuando prioritariamente nas creches, pré-escolas e ensino fundamental.

Artigo 3º- O Conselho Municipal de Alimentação Escolar será constituído por:

- a- um representante do Poder Executivo Municipal;
- b- um representante dos dirigentes do sistema municipal de ensino;
- c- um representante dos professores do ensino municipal;
- d- um representante dos trabalhadores rurais;
- e- um representante dos pais de alunos;
- f- um nutricionista;
- g- um engenheiro agrônomo;
- h- um representante da Delegacia de Ensino; e
- i- um representante da Câmara Municipal.

Artigo 4º- Os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar serão livremente nomeados pelo Prefeito, com mandado coincidente com o dele, porém permanecerão no exercício das funções até a posse dos novos conselheiros.





Nº 093

PREFEITURA MUNICIPAL

SANTA FÉ DO SUL

CENTRO DE REGIÃO

Artigo 5º- O Primeiro Conselho Municipal de Alimentação Escolar elaborará seu Regimento Interno no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua respectiva instalação.

Artigo 6º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Santa Fé do Sul, em 20 de setembro de 1995.



ITAMAR BORGES
Prefeito Municipal

Registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.



SHIRLEY C. TERRAZ
Chefe de Gabinete



O FUTURO É A GENTE QUE MEXE

Processo nº. 12/2017

PROJETO DE LEI Nº.10/2017.

Ementa: " Dá nova redação aos artigos 3º e 4º, Lei nº 1.899, de 20 de setembro de 1995, para adequá-la às exigências conforme Resolução 26, de 17 de junho de 2013.

Autor: EXECUTIVO MUNICIPAL

PARECER

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL, após os devidos estudos e criteriosa análise sobre o Projeto em epígrafe, nada encontrando quanto ao seu aspecto constitucional, legal e regimental, bem como quanto ao seu aspecto gramatical e lógico, que possa obstar a sua aprovação, resolveu emitir parecer **FAVORÁVEL**, recomendando sua inclusão na pauta da Ordem do Dia, tal como está redigido.

Este o parecer, *s.m.j.*

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2017.

a) vereador **JOÃO RENATO FERRAZ**
Presidente da Comissão

a) vereador **ANICETO FACIONE**
Relator

a) vereador **EVANDRO MURA**
Membro

a: justiça

Processo nº. 12/2017

PROJETO DE LEI Nº.10/2017.

Ementa: " Dá nova redação aos artigos 3º e 4º, Lei nº 1.899, de 20 de setembro de 1995, para adequá-la às exigências conforme Resolução 26, de 17 de junho de 2013.

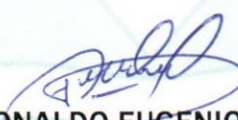
Autor: EXECUTIVO MUNICIPAL

PARECER

A COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL, após os devidos estudos e criteriosa análise sobre o Projeto em epígrafe, nada encontrando quanto ao mérito sob o aspecto que a esta comissão compete analisar, que possa obstar a sua aprovação, resolveu emitir parecer **FAVORÁVEL**, recomendando sua inclusão na pauta da Ordem do Dia, tal como está redigido.

Este o parecer, *s.m.j.*

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2017


a) vereadora **RONALDO EUGENIO LIMA**
Presidente da Comissão


a) vereador **JOSE EMIDIO ARAUJO CALAZANS**
Relator


a) vereador **JOSE ROLLEMBERG ARAUJO CASTRO**
Membro

a: atacomis

CÂMARA MUNICIPAL
SANTA FÉ DO SUL

ESTADO DE SÃO PAULO

Senhor Presidente:

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ DO SUL, com fundamento no inciso IV, alínea "b", do artigo 166, do Regimento Interno, ouvido o Colendo Plenário, requer

urgência especial

para tramitação do PROJETO DE LEI nº. 10/2017, de autoria do EXECUTIVO MUNICIPAL, cuja ementa é a seguinte: "Dá nova redação aos artigos 3º e 4º, Lei nº 1.899, de 20 de setembro de 1995, para adequá-la às exigências conforme Resolução 26, de 17 de junho de 2013."

JUSTIFICATIVA:

A relevância de que se reveste a matéria, sobretudo em se considerando os argumentos contidos na Mensagem que acompanha o referido Projeto, autoriza sua tramitação em regime de urgência especial.

Sala das Sessões Dr. João Alfredo do Amaral Ribeiro,
14 de fevereiro de 2017

Vereador JOÃO RENATO FERRAZ
Presidente da Comissão

Vereador ANICETO FACIONE
Relator

Vereador EVANDRO MURA
Membro

a: urgência